

Artigo

Desastre revela urgência da reforma urbana

Depois da tragédia, o Rio tem sido inundado de solidariedade, mas também de desculpas esfarrapadas e atribuição de culpas para todos os lados. A chuva, o povo, e, principalmente, os outros, são sempre estes que deixaram tudo isso acontecer. O País foi capaz de elaborar uma lei de responsabilidade fiscal, mas ainda não uma de responsabilidade social.

Com fundo na política neoliberal de redução do Estado, pune-se o governante que gasta muito – mas não o que gasta pouco ou o que gasta mal. O abandono progressivo do Estado é visível no liberalismo que toma conta da fiscalização da ocupação imobiliária. Parte significativa das regras existe justamente para ser burlada ou contornada, às vezes com a própria anuência ou estímulo do poder público.

Para a habitação popular, os recursos sempre minguam, nunca são suficientes. Não estranha que os mais pobres acabem por morar em localidades irregulares, em morros, em encostas, em represas, em mananciais, e até junto a linhas de trem.

A excessiva valorização dos terrenos nas cidades vai, paulatinamente, expulsando os moradores de baixa renda para lugares inóspitos e insalubres. Ou o entulhar de milhões de pessoas nos morros cariocas é algo que se deve achar normal? Se a tragédia atingiu a região serrana, imagina-se o que aconteceria se se reproduzisse na capital?

O Estado deve intervir urgentemente na urbanização das cidades, principalmente privilegiando a habitação popular. Urbanizar moradias da população carente, gigantesca nesse país, é muito mais importante do que construir estádios ou abrir grandes avenidas. Que as desgraças que sofremos neste começo de ano, não sirvam apenas para por à prova a incúria das autoridades ou a imensa solidariedade do povo.

Que as águas levem junto com elas, a equivocada proposta de reformar o Código Florestal, fragilizando a proteção da natureza, de acordo com os interesses da especulação rural. E que tragam de volta a ideia de reforma urbana, sempre cercada de preconceitos por todos os lados. A reforma urbana é delicada, difícil, demorada e custosa. Mas sem ela, vamos continuar assistindo a consequências devastadoras, que não poderão ser atribuídas apenas ao mau humor do tempo.

A dimensão das perdas humanas no terremoto do ano passado no Haiti, já deveria ter nos advertido: a natureza castiga, mas a desigualdade castiga muito mais.

Marcelo Semer –
Juiz de Direito e foi presidente da Associação Juizes para a Democracia. Coordenador de “Direitos Humanos: essência do Direito do Trabalho”

BNB: negociação permanente tem poucos avanços



Fotos: Drawlio Joca

A reunião entre a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e a Superintendência de DH aconteceu dia 20/1, no Passaré (pág. 6)

Brasil bateu recorde em empregos com carteira em 2010

Foi o melhor resultado na série histórica do Caged e o saldo superou os 2 milhões (pág. 2)

Protocolo de combate ao assédio moral será assinado dia 26

O instrumento está previsto na cláusula 41ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 (pág. 3)

Previ: morosidade no novo regulamento do Superávit do Plano 1

Diretor eleito conclama associados a enviarem cartas exigindo celeridade no processo (pág. 5)

BNB: ação das folgas tem prosseguimento

O Sindicato requereu o prosseguimento da ação, no último dia 7/1, junto a 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza (pág.5)

Bancários aposentados são homenageados pelo Sindicato



Na última sexta-feira, dia 21/1, o SEEB/CE promoveu um café da manhã para homenagear os bancários aposentados pela passagem do Dia do Aposentado. O evento foi organizado pela Secretaria de Aposentados e contou com a participação de um grande número de aposentados de bancos públicos e privados, além de dirigentes de outros sindicatos e associações de aposentados (pág. 4)

TRABALHO

Brasil bateu recorde e criou 2,5 milhões de empregos com carteira em 2010

O mercado formal de trabalho criou 2.524.678 vagas com carteira assinada em 2010, segundo dados divulgados dia 18/1, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Foi o melhor resultado na série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), iniciada em 1992, e a primeira vez que o saldo superou 2 milhões. O recorde anterior era de 2007 (saldo de 1.617.392 empregos formais, alta de 5,85%). Com isso, o saldo do Caged nos oito anos de governo Lula chegou a 11.240.760. Nos oito anos de governo FHC, o saldo foi de 796.967. Para fechar o resultado de 2010, o ministério considerou dados informados após o prazo.

Se forem considerados os números da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que inclui os estatutários, o total de 2003 a 2010 deverá ficar próximo dos 15 milhões de empregos formais – os números da Rais 2010 só sairão no ano que vem. Segundo o Ministério do Trabalho, o número chega a 15.048.311, ante 5.016.672 na gestão FHC.

Apenas em dezembro do ano passado, o mercado formal eliminou 407.510 vagas (-1,15%). Conforme a série histórica do Caged, o emprego com carteira sempre cai nesse mês, por fatores sazonais. Em 2010, o setor de serviços abriu 1.008.595 empregos formais. Em seguida, veio o comércio, com 601.846. A indústria teve saldo de 536.070 vagas e a construção civil, de 329.195. A agricultura foi o único setor com saldo negativo (-2.580).

NOVO RECORDE – O ministro Carlos Lupi projeta novo recorde para este ano de 2011. Ele estima que serão abertas 3 milhões de vagas. “O Brasil tem muito a desenvolver. O

mercado está crescendo, e por isso a circulação de mão de obra é maior. Temos o PAC 2, o Minha Casa, Minha Vida, as Olimpíadas e a Copa, que contribuirão para seguirmos avançando. O controle da inflação e a economia crescendo justificam esse avanço”.



MOBILIZAÇÃO

Centrais priorizam mínimo de R\$ 580,00 e correção da tabela do IR e aposentadorias

Em reunião realizada na capital paulista, dirigentes das seis centrais sindicais decidiram jogar peso para garantir a continuidade da política de valorização do salário mínimo, apontada como elemento chave no avanço da distribuição de renda e no combate às desigualdades sociais e regionais.

Conforme os sindicalistas, que definiram um calendário de mobilizações “para impedir qualquer retrocesso”, ao ampliar em 53% o ganho real dos trabalhadores durante o governo Lula, a medida, acordada com as centrais, beneficiou diretamente mais de 47 milhões de pessoas (trabalhadores, aposentados e pensionistas), fortalecendo o poder de compra e vitaminando o mercado interno, o que teve papel fundamental no enfrentamento aos impactos negativos da crise internacional.

Além do aumento real do mínimo para R\$ 580,00, CUT, Força Sindical, CGTB, CTB, NCST e UGT decidiram priorizar a atualização da tabela do Imposto de Renda – uma vez que sem reajuste o trabalhador acaba pagando mais, ao mudar de alíquota de contribuição – e o reajuste de 80% nos benefícios das pensões e aposentadorias que recebem acima do salário mínimo.

Dialogando com esta pauta, no dia 18/1, na avenida Paulista, foi realizada uma manifestação em frente à Receita Federal e no dia 24/1, Dia do Aposentado, voltam a se somar de Norte a Sul incorporando os idosos na batalha. Também será publicado um anúncio em jornais de grande circulação para esclarecer a

população sobre a importância do aumento para R\$ 580,00.

As centrais também definiram o envio de um pedido de audiência com a presidenta Dilma Rousseff para tratar emergencialmente da questão do mínimo, já que o aumento anunciado pelo governo de R\$ 510,00 para R\$ 540,00 não contempla sequer a inflação do período.

Conforme as centrais, os R\$ 540,00 previstos no Orçamento de 2011 e estabelecidos na Medida Provisória 516 representam uma variação nominal de apenas 5,88% em relação ao valor anterior de R\$ 510, sendo inferiores até mesmo aos 6,47% apontados pelo INPC, jogando um balde de água fria na política de valorização.

“A ação conjunta das centrais sindicais em torno destes três pontos reforça a pressão para sensibilizar o governo e os parlamentares da necessidade da negociação com os trabalhadores. Mais do que valores, estamos falando de um projeto de País, de desenvolvimento com justiça social e distribuição de renda”, declarou o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, que representou a Central na reunião. “Voltamos a dizer: como está, não dá para ficar. A política de recuperação do salário mínimo é essencial para o combate à miséria, elencada como prioridade pelo novo governo”, salientou Quintino.

De acordo com o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antonio Neto, “a recuperação do mínimo foi determinante para o enfrentamento da

crise de origem externa e necessita ser mantida”. Ressaltando que o ano de 2009 foi atípico, uma vez que registrou um PIB negativo de 0,6%, defendeu que da mesma forma como as empresas, “particularmente as montadoras, foram beneficiadas com desonerações temporárias de imposto” para fazer frente à crise, os salários também sejam vitaminados.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes, disse que as mobilizações do começo do ano são um “aquecimento de motores” que irá demarcar campo em defesa do desenvolvimento nacional.

Para o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, “as centrais estão mais unidas do que nunca para colocar pressão sobre os parlamentares e o governo a fim de consolidar o salário mínimo de R\$ 580 e a política permanente de valorização”.

“A síntese da reunião é que não aceitamos qualquer política de arrocho. Queremos valorizar o salário mínimo, pois todo mundo ganha quando o Brasil cresce”, concluiu o presidente estadual da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Luiz Gonçalves.

Numa coletiva de imprensa ao final da reunião, as centrais criticaram de forma unânime e enfática as concepções que vêem o salário como inflacionário, condenaram o ajuste fiscal defendido pela equipe econômica do governo e reiteraram a importância do papel do Estado e dos investimentos públicos.

DICA CULTURAL

Museu do Ceará mostra exposição de brasões

O Museu do Ceará, localizado no Centro de Fortaleza, abriu no mês de dezembro, a exposição “Brasões das famílias cearenses”, confeccionada artisticamente pelo historiador José Zairo Leite, professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará.

As peças ficarão em exposição até 30 deste mês e estarão disponíveis para a aquisição dos interessados.

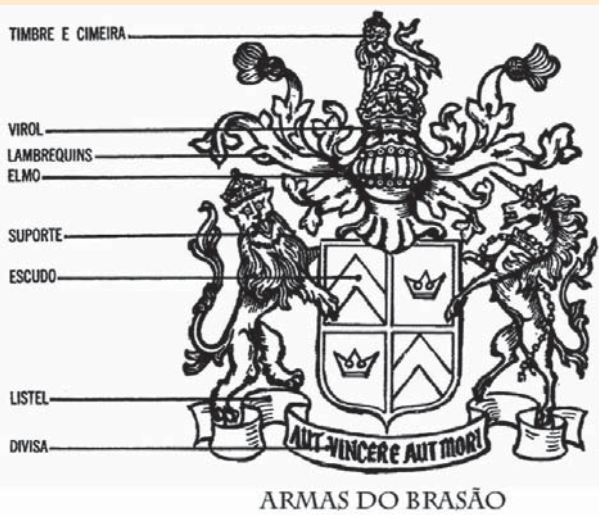
SERVIÇO:

Evento: Exposição de Brasões das Famílias Cearenses

Local: Museu do Ceará (Rua São Paulo, 51 – Centro)

Período: De segunda a sábado, das 9h às 17h. Entrada grátis.

Informações: (85) 3101-2509 – www.secult.ce.gov.br



ESTUDO

Para Dieese, lei trabalhista não impede alta rotatividade no Brasil

Com o início de um novo ano, começam as apostas de todos os setores sobre qual rumo o Brasil deve seguir para se manter na rota do crescimento. Para o movimento sindical, não há dúvida. Para que o País continue firme e estável é preciso continuar fortalecendo o mercado de trabalho. A geração de empregos foi um dos pilares da economia durante todo o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e permitiu ao Brasil navegar com alguma tranquilidade, por exemplo, na maré da crise internacional.

Uma das principais pautas da agenda da classe trabalhadora, que já foi levada à presidenta Dilma Rousseff, é a ratificação da Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão arbitrária dos trabalhadores. Em 1997, por meio de decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil deixou de ser signatário dessa convenção.

Segundo Ademir Figueiredo, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e coordenador de um estudo sobre rotatividade do mercado formal, a Convenção 158 não eliminaria as demissões, mas daria mais força aos sindicatos para dialogar, negociar e ser vigilante. “A 158 protege o emprego como um bem social, fundamental para a vida do trabalhador, e que por isso não pode ser usado e abusado segundo interesses do mercado”, explica.

ODIZA CLT – O estudo realizado pelo Dieese desmente a afirmação de parte do empresariado brasileiro de que a legislação trabalhista é rígida e precisa ser flexibilizada. A alta rotatividade do emprego no País mostra que nem mesmo multas e encargos

trabalhistas inibem os desligamentos.

Os dados mostram que mais de 1/3 dos contratos de trabalho firmados em 2007, 2008 e 2009 no país foram rompidos ao final desses anos, e na década de 2000 a média de demissões chegou a 30% dos contratos assinados. “O Brasil é um país com legislação extremamente flexível. Não existem elementos que inibam a demissão”, afirma Ademir Figueiredo.

Além disso, no Brasil, demonstra o estudo do Dieese, o tempo médio de duração do emprego é de cinco anos, enquanto que nos países europeus a média é de oito a 12 anos. O Brasil, diz Figueiredo, se equipara aos EUA, país considerado modelo em termos de flexibilização das leis trabalhistas e onde o tempo médio também é de cinco anos.

ALTA ROTATIVIDADE – O estudo do Dieese aponta que, em 2007, 34,3% dos contratos de trabalho estabelecidos foram extintos ao final do ano. Em 2008, a taxa de rotatividade do mercado formal aumentou para 37,5%, e em 2009 ficou em 36%. Esses percentuais levam em conta apenas os trabalhadores que foram demitidos, ou seja, foram excluídos do cálculo os que pediram demissão, se aposentaram, foram transferidos ou faleceram.

Para ilustrar com dados mais recentes, em 2009, dos 61 milhões de contratos estabelecidos, restaram apenas 41 milhões ao final do ano. Isso significa que 20 milhões de contratos foram rompidos e deixaram de existir. Felizmente para o Brasil, o saldo é positivo de 2002 a 2009. Nesse período, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foram gerados 12,5 milhões de empregos com carteira assinada.



Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194
Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiários: Anderson Lima e Cinara Sá – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

Contraf-CUT e sindicatos assinam acordo de combate ao assédio moral

A Contraf-CUT e os sindicatos assinam no próximo dia 26/1, em São Paulo, o Acordo Coletivo de Trabalho Aditivo – Adesão ao Protocolo para Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho. Trata-se de uma das principais conquistas da Campanha Nacional dos Bancários 2010. A assinatura ocorrerá às 15h, nas dependências da Fenaban.

O instrumento está previsto na cláusula 41ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 é de adesão espontânea tanto para os sindicatos como para os bancos. Ele estabelece um canal específico para o encaminhamento de denúncias de assédio moral, dentre outras. Já confirmaram adesão os seguintes bancos: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC e Citibank.

“Vamos começar o ano consolidando a conquista do combate ao assédio moral, abrindo uma nova etapa no enfrentamento de um dos maiores problemas dos bancários, pois ele acaba com a saúde e a dignidade do trabalhador”, destaca o secretário-geral da Contraf-CUT, Marcel Barros.

O QUE DIZ O ACORDO ADITIVO

O objetivo é alcançar a valorização de todos os empregados, promovendo o respeito à diversidade, à cooperação e ao trabalho em equipe, em um ambiente saudável. Os bancos que assinarem o acordo comprometem-se a declarar explicitamente condenação a qualquer ato de assédio.

Será feita avaliação semestral do programa com apresentação, pela Fenaban, de dados estatísticos setoriais, devendo ser criados indicadores que avaliem seu desempenho.

Os bancários poderão fazer denúncias nos sindicatos. O denunciante deverá se identificar, para que o Sindicato possa dar o

devido retorno ao trabalhador. O sigilo será mantido e a Sindicato tem prazo de dez dias úteis para apresentar a denúncia ao banco.

Após receber a denúncia, o banco terá 60 dias corridos para apurar o caso e prestar esclarecimentos ao Sindicato. Vale ressaltar que as denúncias apresentadas ao Sindicato de forma anônima continuarão a ser apuradas, mas fora desse programa.



VITÓRIA

Contraf-CUT completa cinco anos de lutas e conquistas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT) completa, no próximo dia 26/1, cinco anos de história com muitas lutas e conquistas. A entidade foi fundada em 2006, durante uma assembleia histórica ocorrida em Curitiba. O primeiro presidente foi Luiz Cláudio Marcolino, que presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo e hoje é deputado estadual eleito naquele estado.

Dois meses depois, a Confederação garantiu o registro sindical e já aglutina sete federações e 110 sindicatos, representando cerca de um milhão de trabalhadores do ramo financeiro, dos quais cerca de 400 mil bancários.

O 1º Congresso da Contraf-CUT foi realizado no dia 25 de abril de 2006, em Nazaré Paulista. Vagner Freitas, atual secretário de finanças da CUT, foi eleito presidente, com mandato de três anos. A atual direção foi eleita no 2º Congresso da Contraf-CUT, ocorrido nos dias 14 e 15 de abril de 2009, em São Paulo. Carlos Cordeiro foi eleito presidente para a gestão 2009-2012.

HISTÓRIA – A história da Contraf-CUT começou muito antes da sua fundação. Suas origens se encontram na organização do Departamento Nacional dos Bancários (DNB-CUT), em 1985, quando aconteceu uma histórica greve nacional da categoria.

O 1º Congresso do DNB-CUT ocorreu em 3, 4 e 5/6/1989, ten-

do sido eleita a primeira diretoria encabeçada por Ricardo Berzoini, atual deputado federal do PT de São Paulo. O 2º Congresso foi realizado de 24 a 26 de agosto de 1990, onde foi aberto o debate de transformar o DNB em Federação Nacional ou Confederação.

O 3º Congresso do DNB-CUT aconteceu de 27 a 29/3/1992, onde foi aprovada a transformação do DNB em Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). Berzoini é eleito o primeiro presidente. Naquele ano, a entidade recém-criada assinou, junto com 120 sindicatos e sete federações, a primeira convenção coletiva nacional de trabalho.

Melhores salários, emprego, saúde do trabalhador, segurança contra assaltos, igualdade de oportunidades, previdência complementar, combate às terceirizações, regulamentação do sistema financeiro e defesa dos bancos públicos foram algumas das lutas que marcaram a trajetória vitoriosa da organização nacional dos bancários.

AMPLIANDO CONQUISTAS

– Ao longo desses cinco anos, a Contraf-CUT fortaleceu a unidade dos trabalhadores do ramo financeiro e esteve à frente de todas as campanhas salariais, coordenando o Comando Nacional dos Bancários.

Com a força da mobilização e das greves, os bancários concretizaram sonhos e ampliaram conquistas. Em 2010, os trabalhadores arrancaram aumento real pelo sétimo ano consecutivo, elevação dos pisos e melhoria

na participação dos lucros, além de importantes avanços sociais.

O quinto aniversário da Contraf-CUT será marcado em 2011 pela concretização da principal conquista social da última campanha. No dia 26/1, a entidade e os sindicatos assinarão com os bancos a adesão ao protocolo do Programa de Prevenção aos Conflitos no Ambiente de Trabalho. Trata-se de um acordo de combate ao assédio moral, um dos principais problemas enfrentados diariamente pelos trabalhadores nos locais de trabalho.

A adesão, que é voluntária tanto para os sindicatos como para os bancos, será firmada com pelo menos cinco grandes bancos privados: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC e Citibank.

COMO REFERÊNCIA

– A Contraf-CUT é também referência internacional para os trabalhadores de todo mundo. É filiada à UNI Global Union, o sindicato mundial que representa cerca de dois milhões de trabalhadores da área de serviços. Carlos Cordeiro é o atual presidente da UNI Américas Finanças, que organiza os bancários do continente americano.

“A história da Contraf-CUT é, pois, repleta de sonhos, lutas, conquistas e compromissos, na visão de construir uma vida digna e uma sociedade justa, democrática e igualitária, com as pessoas em primeiro lugar”, conclui Carlos Cordeiro.

CONTRATOS

BC proíbe exclusividade bancária no crédito consignado

O Banco Central (BC) comunicou às instituições financeiras que a partir de agora fica proibida a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam ou restrinjam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições; inclusive os empréstimos consignados em folha de pagamento.

A informação foi divulgada pela assessoria de imprensa do BC. A medida está inserida no âmbito dos estudos permanentemente desenvolvidos pelo Banco Central para aprimorar os mecanismos que visam a facilitar o acesso ao crédito e promover a eficiência do sistema financeiro nacional (SFN).

Dessa forma, a decisão contribui para estimular a eficiência na intermediação financeira, fator fundamental para a disseminação do crédito, de acordo com o comunicado da autoridade monetária. O BC destaca ainda que a proibição de exclusividade estimula a concorrência e, com isso, cria condições adequadas para redução do spread

bancário (diferença entre o custo de captação pago ao cliente e os juros cobrados na concessão do crédito), além de promover a inclusão financeira.

CIRCULAR 3.522 – Veda às instituições financeiras a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 12 de janeiro de 2011, com base nos arts. 10, inciso VI, e 18, parágrafo 2º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

DECIDIU – Art. 1º Fica vedada às instituições financeiras, na prestação de serviços e na contratação de operações, a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam ou restrinjam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições, inclusive aquelas com consignação em folha de pagamento.

PREVI

Diretor eleito envia carta aos funcionários do BB sobre superávit

O diretor eleito de Administração da Previ, Paulo Assunção, divulgou no 17/1 carta ao funcionalismo do Banco do Brasil, na qual conclama os associados a se manifestar diante da demora do governo na aprovação do novo regulamento do superávit do Plano 1 da Previ. A proposta ainda encontra-se no Ministério da Fazenda e, depois de aprovada, será encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Leia, abaixo, a íntegra da carta divulgada:

Companheiros de todo o Brasil

Tenho recebido diariamente cobranças vindas de todo o País. Todos querem saber porque até agora não creditamos o valor da primeira parcela do Benefício Temporário criado com a negociação do Superávit do Plano 1 da Previ. Acho que todos têm razão de cobrar. Afinal, se negociamos o superávit, a implementação do acordo tem que se dar no menor tempo possível. O tempo urge para todos. Cada um de nós tem suas necessidades.

Como aposentado e diretor de Administração eleito da Previ, participei ativamente da negociação, juntamente com os demais eleitos da Previ, por acreditar que a negociação é o melhor caminho para resolver as pendências. Que agir é uma imposição quando temos a expectativa de realizar algo. Que ficar parado, reclamando, não leva a nada.

Acho que o resultado alcançado nas negociações entre Banco do Brasil e entidades representativas dos funcionários foi o melhor que se poderia alcançar nesta conjuntura. A negociação, de forma inédita, juntou forças de mais de 120 sindicatos, representados pela Contraf-CUT e Comissão de Empresa do Banco do Brasil, da Anabb, das associações de aposentados, representadas pela Federação das Associações de Aposentados do Banco do Brasil – FAABB, pela AAFBB – Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil, pelas AFABBs de SP, RS e PR.

Durante todo o processo de negociação foram consultados, várias

vezes, representantes dos ministérios e órgãos governamentais responsáveis pela aprovação do acordo. O próprio fechamento do acordo entre entidades do funcionalismo e Banco do Brasil na tarde do dia 24 de novembro de 2010 foi precedido de uma reunião ocorrida no mesmo dia no Ministério do Planejamento, com a presença do ministro Paulo Bernardo, dos secretários da Fazenda e do Tesouro, Nelson Machado e Arno Augustin, pelo Ministério da Fazenda, e dos representantes do Banco do Brasil e das entidades representativas dos funcionários. Isso garantiu que o acordo (Memorando de Entendimento) fosse fechado como uma vontade expressa dos associados, do Banco do Brasil e do Governo Federal.

Nós aqui da Previ fizemos nossa parte o mais rapidamente possível. Aprovamos na Diretoria e no Conselho Deliberativo. O Dest – Departamento de Controle das Estatais fez sua parte rapidamente. O ritual exige ainda a aprovação do Ministério da Fazenda e Previc, que é o órgão do Ministério da Previdência que fiscaliza fundos de pensão.

O processo empacou no Ministério da Fazenda, contrariando nossa expectativa de uma aprovação rápida. Precisamos por em marcha a nossa força. Precisamos arrancar essa aprovação que já tarda. Nesse movimento a participação de todos é fundamental. E, tenho certeza, cada um de nós fará sua parte. Se cada um de nós enviar um e-mail ou carta ou telegrama para as autoridades abaixo, teremos a aprovação que queremos.

ENVIE E-MAIL PARA:

Guido Mantega – ministro da Fazenda (secretarias.df.gmf@fazenda.gov.br)

Arno Augustin – secretário do Tesouro (gab.df.stn@fazenda.gov.br)

Paulo Bernardo – atual ministro das Comunicações, ex-ministro do Planejamento, fiador do acordo (gabinete@mc.gov.br)

Miriam Belchior – ministra do Planejamento (ministra@planejamento.gov.br)

Aldemir Bendine – presidente do Banco do Brasil (presidencia@bb.com.br)

CONFRATERNIZAÇÃO

Fotos: Sec. Imprensa/SEEB-CE



Dia do Aposentado é comemorado pelo Sindicato com um café da manhã

Com um café da manhã, os bancários aposentados foram homenageados pela passagem do Dia do Aposentado, realizado na última sexta-feira, dia 21/01, na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará. O evento foi organizado pela Secretaria de Aposentados, à frente o diretor Océlio Silveira e contou com a participação de um grande número de aposentados de bancos públicos e privados, além de dirigentes de outros sindicatos, entidades e associações de aposentados.

Na abertura do evento, fizeram saudação aos colegas, o diretor do SEEB/CE, Plauto Macedo e o presidente da Associação dos Aposentados do BNB, Miguel Nóbrega. O diretor do SEEB/CE, Océlio Silveira, ressaltou que o evento contribuiu tanto para a valorização dos aposentados, colaborando



para a efetivação de seus direitos, como para aproximação social com o reencontro de antigos colegas.

Segundo ele, “além do fator social de aproximação, o evento realizado pelo Sindicato promove a valorização dos aposentados e aproxima a entidade para a realidade dos aposentados visando

a organização da luta dos seus direitos”, disse Océlio.

Além do café da manhã, os aposentados foram homenageados com a apresentação do coral do SEEB/CE e AFABEC, apresentação do humorista e cordelista Ed Maia, aposentado do Banco do Brasil, e participaram de sorteio de vários brindes.

24 DE JANEIRO

Dia Nacional dos Aposentados prioriza luta pelo mínimo

“No dia 24 de janeiro, Dia Nacional dos Aposentados, a palavra de ordem é R\$ 580,00, já, para o salário mínimo. Acreditamos que a continuidade da política de valorização do mínimo, acordada pelo governo Lula com as centrais sindicais, é essencial, pois impacta diretamente nos benefícios de 20 milhões de aposentados e pensionistas, que representam 70% do nosso segmento. Para nós, é uma questão de justiça com quem construiu este país, de compromisso social com a distribuição de renda, com as gerações passadas, o presente e o futuro”.

A afirmação é do presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sintapi/CUT), Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão). Conforme ele, as oito milhões de pessoas que compõem o restante do segmento também precisam ser contempladas com o repasse de 80% do reajuste do mínimo, para que possam ter melhorada as suas condições de vida. “Com reajuste zero para o mínimo, como propõe a equipe

econômica com os seus R\$ 545,00, o arrocho dos aposentados será generalizado, principalmente porque os itens da nossa cesta básica – que é diferenciada, como remédios, transporte e alimentação, subiram acima da inflação oficial”, alerta.

O presidente do Sintapi acredita que as declarações do ministro Guido Mantega e da equipe econômica pelo ganho salarial zero, por cortes nos investimentos públicos e redução do Estado vêm na contramão de tudo o que foi assumido durante a campanha eleitoral da presidenta Dilma Rousseff. “Esta é a pauta dos derrotados nas últimas eleições, pois ao mesmo tempo em que nega o papel jogado pelo aumento do poder aquisitivo no combate à crise, no fortalecimento do mercado interno, nega a importância dos investimentos públicos para colocar a roda da economia para girar. Seria um retrocesso inadmissível. Por isso estamos pressionando ao lado das centrais sindicais pela imediata abertura de negociação com a nova presidente”.

Outro ponto com destaque na pauta é o reajuste da tabela do Im-

posto de Renda, uma vez que desde 1995 encontra-se defasada, o que faz com que haja uma significativa perda do poder de compra. “Já é uma contradição taxar salário, que não é renda. Mas no nosso caso é ainda mais absurdo, pois depois de termos dado duro ao longo da vida para nos aposentar, ainda temos de pagar sobre os benefícios”, condena Luizão.

ATO CONJUNTO—No dia 30/1, o Sintapi/CUT também realizará um ato conjunto com os Sindicatos de Aposentados das demais centrais sindicais em Aparecida do Norte. “É devido às contribuições dos aposentados e pensionistas que sobrevivem 54% dos municípios brasileiros. Ou seja, estamos debatendo valores que são estratégicos para impulsionar o desenvolvimento nacional, para distribuir renda e dar atenção para pessoas que trabalharam duro ao longo de suas vidas. Não somos coitadinhos, fomos trabalhadores, somos pais e avós de trabalhadores. Merecemos mais respeito”, sublinha.

VIOLÊNCIA

Vigilante é baleado e morto em ataque a carro-forte no interior do Ceará

Mais um vigilante perdeu a vida em ação. João Batista Souza Coelho, de 36 anos e há oito trabalhando para a empresa de Segurança Corpvs, foi atingido na cabeça durante uma emboscada ao carro-forte que ele dirigia pela rodovia estadual CE-362, ocorrida na sexta-feira, dia 14/1, entre os municípios de Uruoca e Martinópolis, na Região Norte do Estado do Ceará.

Um bando de 15 homens cercou o veículo e começou a disparar contra o carro-forte. De acordo com informações dos três companheiros que sobreviveram, os bandidos ocupavam pelo menos três veículos; um Corolla prata, um Gol vermelho e uma Parati.

“Quando o tiroteio começou, os companheiros revidaram, mas os carros eram blindados”, conta o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Ceará, Geraldo da Silva Cunha. Ele esteve em Sobral, onde o corpo de João Batista foi sepultado. O companheiro deixa três filhos pequenos.

A ação do bando, segundo relato dos vigilantes que escaparam, foi cinematográfica. A troca de tiro

foi intensa e os tiros disparados pelo bando acabaram por acertar, através da escotilha (orifício usado para atirar de dentro do veículo), a cabeça do motorista.

Os assaltantes invadiram o carro-forte, explodiram o cofre e roubaram os malotes que, segundo calculam os companheiros, continham R\$ 1,3 milhão. O corpo do companheiro assassinado foi jogado para fora do veículo pelos bandidos. Segundo o comandante do 3º BPM (Sobral), tenente-coronel Gilvandro Oliveira, no local do crime foram encontrados cordel detonante, nitroglicerina, bananas de dinamite com detonadores e coquetel “molotov”.

Nesse momento em que todos os vigilantes e bancários sentem a dor da família do companheiro assassinado, o SEEB/CE gostaria de prestar sua homenagem a João Batista e prestar total solidariedade à sua família. Segundo Carlos Eduardo Bezerra, presidente do Sindicato, “também reforçamos o apelo para que ações efetivas sejam tomadas no sentido de impedir que mais vidas se percam e mais famílias sofram”.

AUMENTO

Governo Dilma estuda fórmula para elevar salário mínimo a R\$ 560,00

A equipe técnica do governo Dilma retomou a proposta de antecipar parte do reajuste previsto para o salário mínimo em janeiro de 2012, para elevar o valor definido pelo governo para R\$ 560,00 ainda neste ano. Se for aceito pela área política, o estudo – que será enviado à presidente Dilma Rousseff – já vai fixar também o piso de 2012 em R\$ 616,00.

Sem a antecipação, o valor do mínimo em 2012 ficará próximo de R\$ 636,00. A ideia é estabelecer essas mudanças num novo texto substitutivo à Medida Provisória (MP) que estipula o piso em R\$ 540,00 a partir de janeiro de 2010. O salário mínimo de R\$ 560,00 para este ano já havia sido negociado com as centrais sindicais em dezembro, durante as discussões e a votação do Orçamento, mas não evoluiu.

“Se quiserem arrancar aumento será na forma de antecipação”, disse um técnico do governo envolvido nos estudos. Como contrapartida, seria fixado já de antemão o aumento do mínimo de 2012 (já descontada a antecipação) até 2023, sempre pelo critério da inflação do ano anterior mais o PIB de dois anos antes – como já está no projeto que tramita na Câmara, enviado pelo Executivo em 2007.

O substitutivo à MP com as regras para o reajuste seria restrito ao piso, deixando de fora os beneficiários do INSS que ganham mais que o mínimo. “A ideia é aproveitar o momento e resolver o problema de vez. Todo ano, é preciso mandar uma MP para o Congresso e o governo acaba virando refém das centrais e do próprio Congresso”, explicou o técnico.

Caso a proposta tenha êxito,

o mínimo para este ano será de R\$ 560,00 – e em 2012, de R\$ 616,00 (já descontada a antecipação). Pelo critério que vem sendo usado, o aumento do piso em 2012 seria em torno de 13,5%. Este percentual considera uma projeção de crescimento do PIB consolidado em 2010 entre 7% e 8% e uma inflação de 5,5%.

MANIFESTO—No dia 19/1, as centrais sindicais entregaram ao ministro Luiz Sérgio, das Relações Institucionais, um manifesto em que reclamam da falta de negociação em torno do valor do salário mínimo e pedem uma audiência com Dilma para discutir o reajuste. O documento, reafirmando que o valor do mínimo seja fixado em R\$ 580,00, foi definido na terça (11/1) após reunião das seis centrais, em São Paulo.

Além do aumento para o piso nacional, os sindicalistas pedem que o governo reajuste em 10% os benefícios dos aposentados e pensionistas que recebem valor acima do salário mínimo e a correção “pelo menos equivalente à inflação” da tabela do Imposto de Renda. De acordo com as centrais, se não houver correção na tabela, as conquistas salariais obtidas em 2010 podem ser anuladas.

O deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (Paulinho), que entregou o documento ao ministro Luiz Sérgio, advertiu que o governo pode ser derrotado na votação da medida provisória que fixou o mínimo em R\$ 540, se insistir em manter um valor inferior a R\$ 580,00. “Não podemos aceitar que num país que cresceu 7% haja reajuste do mínimo menor que a inflação”, disse.

Primeira reunião do GT Camed discute avanços e metas

Representantes do Sindicato dos Bancários do Ceará, da AFBNB e funcionários se reuniram no dia 19/1, no Centro de Treinamento do BNB Passaré, para o primeiro encontro do grupo de trabalho sobre a Camed (Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do Banco do Nordeste). Durante a reunião, foram discutidos o desempenho econômico da Camed nos últimos anos, os avanços e as metas para 2011. O diretor de Promoção e Assistência à Saúde, Luciano Comin, foi o responsável pela condução da reunião e pela exposição dos números sobre receita e despesas.

Sobre o desempenho econômico em 2010, o diretor afirmou ter sido positivo e que o balanço de dezembro passado teve melhores resultados em relação aos divulgados até novembro. Entre os avanços mencionados, a inclusão dos genitores no Plano Natural, em abril/2010, foi tratada como uma conquista importante para os usuários.

Ainda sobre os planos, foi discutida a necessidade de equilibrar os benefícios dos planos Natural e Família que apresentam diferenças para os funcionários e são irregulares diante da ANS (Agência Nacional de Saúde), segundo Comin. “Não pode haver diferenças nos benefícios, somente se for



Foto: Sec. de Imprensa / SEB-CE

decidido em acordo coletivo, o que não é o caso. É questão de isonomia. Existe a necessidade de unificar a tabela”, afirma o diretor.

Já entre as metas estabelecidas estão: reduzir em 10% o custeio de assistência, investindo em tecnologia, em prevenção etc.; fortalecer a imagem institucional; aumentar a participação no mercado; e oferecer soluções inovadoras por meio de projetos estratégicos, como o de Conectividade (automatização dos processos de autorização de procedimentos e faturamento dos serviços) e o de Gestão de Sinistralidade (melhorar a relação entre receita e custo).

O encontro também contou com exposição de ideias e

alternativas dos participantes, que sugeriram a criação de um programa de assistência itinerante pelas agências do banco na capital e no interior, a consolidação de um benchmarking (processo de comparação dos produtos, serviços e práticas empresariais entre concorrentes) e maior investimento em prevenção.

Outra questão explorada foi o mau uso dos planos, apontando para a alternativa de se criar um manual de como se deve proceder na hora de consumir os produtos e serviços. Segundo os presentes, o mau uso é comum e precisa ser combatido. “Temos a necessidade de um discurso só em relação a desonestidade no uso do plano”, afirmou Célia Matos, gerente de Gestão de Pessoas.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Débitos não autorizados lideram queixas contra bancos em 2010

Débitos não autorizados foram os principais motivos das reclamações contra bancos em 2010, mantendo a liderança das operações que receberam mais queixas desde fevereiro. No último mês do ano, das 882 reclamações procedentes contra todos os bancos do País, 138 eram sobre essa operação, que representou 15,64% do total.

Ao longo do ano, as reclamações sobre débitos não autorizados somaram 1.356. Esse tipo de operação iniciou 2010 em segundo lugar da lista, com 61 queixas. A partir de fevereiro, ela passou a ocupar a primeira colocação, recebendo 54 reclamações, que subiram mês a mês até atingir 139 queixas em maio.

Apartir daí, o número de reclamações contra essa operação caiu para 114 e passou a registrar quedas e altas até setembro, quando voltou a subir, encerrando 2010 ainda em elevação.

Em dezembro, do total referente a esse tipo de reclamação, 46 foram contra o Banco do Brasil e 35 contra o Bradesco. Em seguida estão o Itaú, com 27 reclamações sobre débitos não autorizados; Caixa Econômica Federal, com 14 queixas; Santander, com 10; HSBC, com 3; Safra, com 2 e Citibank, com uma reclamação desse tipo.

QUEIXAS EM ALTA – O número de queixas contra os bancos encerrou 2010 com alta de 52,65%,

na comparação de dezembro do ano passado com o mesmo mês de 2009, de acordo com dados do ranking de instituições mais reclamadas, divulgado pelo Banco Central dia 17/1. No mês passado, foram 606 casos, considerando todas as instituições financeiras com mais de um milhão de clientes, contra 397 registrados em dezembro do ano anterior.

Por outro lado, frente a novembro, o número de reclamações contra bancos caiu. Ainda considerando aqueles com mais de um milhão de clientes, as queixas contra as instituições bancárias recuaram 3%, já que em novembro o total de reclamações somou 625 queixas.

ITAÚ LIDERA – No mês passado, o topo do ranking das cinco instituições financeiras com mais de um milhão de clientes mais reclamadas ficou, novamente, com o Itaú, cujo índice de reclamações atingiu 0,67 a cada 100 mil pessoas. Na sequência vieram Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander. Da lista, na comparação com novembro, saiu do ranking das cinco mais reclamadas o HSBC. Na tabela é possível verificar o índice de reclamações de novembro e dezembro deste ano, além de dezembro de 2009, para os cinco primeiros colocados, bem como a principal reclamação. Confira:

Instituição	Índice Dezembro 2009	Índice Novembro 2010	Índice Dezembro 2010	Principal reclamação em Dezembro de 2010
Itaú	0,45	0,72	0,67	Conta – Débitos não autorizados (19,56%)
Banco do Brasil	0,25	0,63	0,59	Conta – Débitos não autorizados (25,7%)
Bradesco	0,29	0,38	0,53	Conta – Débitos não autorizados (23,8%)
Caixa Econômica	0,28	–	0,24	Seg. dos meios alt. – op. não reconhecidas (27,27%)
Santander	–	0,37	0,16	Conta – Abertura – Com doc. falsa (29,4%)

(*) Calculado como sendo o número de reclamações válidas dividido pelo número de clientes e multiplicado por 100.000. Fonte: Banco Central

CAIXA

Benefícios de participantes dos planos da Funcef terão reajuste em janeiro

Agora em janeiro, a Funcef irá reajustar em até 6,46% todos os benefícios de seus participantes aposentados e pensionistas dos planos REG/Replan (modalidade saldada), REB e Novo Plano, correspondente ao INPC acumulado entre janeiro e dezembro de 2010. No caso do INSS, os benefícios poderão ser reajustados em até 6,41%, previsto em portarias dos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social.

Relativo ao exercício de 2010, o índice total de reajuste terá por base a Data de Início do Benefício (DIB) de cada participante, conforme a seguinte tabela: até janeiro: 6,41 (INSS) e 6,4652 (Funcef), fevereiro: 5,48 (INSS) e 5,5365 (Funcef), março: 4,75 (INSS) e 5,8029 (Funcef), abril: 4,01 (INSS) e 4,064 (Funcef), maio: 3,26 (INSS) e 3,3098 (Funcef), junho: 2,82 (INSS) e 2,8675 (Funcef), julho: 2,93 (INSS) e 2,9808 (Funcef), agosto: 3 (INSS) e 3,0529 (Funcef), setembro: 3,07 (INSS) e 3,1251 (Funcef), outubro: 2,52 (INSS) e 2,5712 (Funcef), novembro: 1,59 (INSS) e 1,6362 (Funcef) e dezembro: 0,55 (INSS) e 0,6 (Funcef).

Em nota divulgada, a Diretoria de

Benefícios da Funcef esclarece que haverá um ajuste dos valores pagos pela Fundação e pelo INSS na folha de fevereiro, para os participantes aposentados e pensionistas do REG/Replan não-saldado. Isto ocorrerá devido aos proventos da Previdência Social, que altera a composição dos benefícios, sem afetar, contudo, o total da renda mensal. Nessa modalidade, o reajuste acontece por ocasião do acordo coletivo de trabalho, firmado entre as entidades sindicais e a Caixa.

Os proventos dos aposentados e pensionistas oriundos do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (ex-Sasse) serão revistos na folha de fevereiro de 2010, retroativamente a janeiro deste ano, em vista das especificidades desse grupo. Nesse caso, convém esclarecer que o INSS repassa as informações sobre os proventos da Previdência Social apenas depois do fechamento da folha da Funcef. Procedimento semelhante será aplicado a todos os assistidos pelo Plano de Melhoria de Proventos e Pensões (ex-PMPP), independentemente do plano ao qual estiverem vinculados.

JURÍDICO

Sindicato requer à Justiça prosseguimento da Ação das Folgas do BNB

O Sindicato dos Bancários do Ceará, ante a impossibilidade de levar a cabo o acordo que retrata a vontade de uma das partes pactuantes, no caso os beneficiários da ação de folgas do Banco do Nordeste do Brasil, retrocedeu do acordo firmado e requereu o prosseguimento da ação, no último dia 7/1, através do processo nº 0176400-25-20000.5.07.0008, junto a 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza.

Na petição, o Jurídico do Sindicato demonstra que o Banco, no curso do processo de conhecimento, tentou reduzir o quantitativo de folgas de 10 para cinco por período aquisitivo de férias, que findaram por reduzir, sobretudo, os valores considerados como base de incidência do percentual de 65% eleito pelas partes para fins de acordo, o que resultou no abrupto decurso daquilo que havia sido proposto para fins de composição de interesses.

Diante dessa nova situação, o

Sindicato enviou esforços no sentido de que houvesse simplesmente retificação dos cálculos, tendo proposto, inclusive, que as diferenças apuradas fossem convertidas em folgas a serem gozadas. O Banco não concordou.

Diante disso, o Sindicato convocou outra assembleia dos funcionários do BNB, beneficiários da ação das folgas, realizada no dia 29/12, que decidiram, por unanimidade, iniciar a execução do processo na Justiça diante do impasse com o Banco sobre os reais valores da ação. Os beneficiários da ação deliberaram pela não aquiescência de qualquer transação que resulte no pagamento do passivo trabalhista em patamar abaixo daquele aprovado na assembleia anterior, patamar esse, ressalte-se, que havia sido proposto pelo próprio Banco.

Em face da impossibilidade de levar a cabo o acordo, o Sindicato refluíu do acordo firmado

e requereu o prosseguimento do processo. Ressalte-se que o acordo da ação das folgas teve sua homologação suspensa devido à constatação de que a diferença devida é de dez e não de cinco folgas, conforme calculado pelo Banco.

“Na proposta de acordo estamos abrindo mão de parte dos nossos direitos, já que a proposta apresentada pelo Banco oferecia 65% do valor. Mas diante do equívoco no cálculo pelo Banco, o percentual que teríamos direito cai para cerca de 30% e isso o Sindicato não aceitou. Nossa iniciativa de entrar com o prosseguimento da ação, de nossa parte, não encerra o canal de negociação com o Banco e estaremos dispostos a continuar com esse canal aberto”, avaliou o diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT), Tomaz de Aquino.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Poucos avanços marcam rodada de negociação com o Banco

Drawlio Joca



Mais uma rodada de negociação sem grandes avanços foi o saldo da reunião entre a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) e a Superintendência de Desenvolvimento Humano do Banco. Na ocasião foram discutidas as cláusulas de Previdência e Sindicais, além de várias pendências de reuniões passadas.

MINUTA ESPECÍFICA – As cláusulas referentes à previdência (planos de previdência complementar, contribuição sobre 13º da Capef, Democratização da Capef e Aporte de Recursos para a Capef) foram todas destacadas para discussão posterior.

Com relação às cláusulas sindicais, a Comissão Nacional destacou os seguintes pontos: delegados sindicais, ausências no período de greves, liberação de dirigentes sindicais, liberação de dirigentes da AFBNB e contribuições de associados, abono de participação sindical e perdas passadas. Por sua vez, o Banco destacou: quadro de avisos, malote, conexão na intranet e retorno de dirigentes sindicais e da AFBNB. O acordo entra as partes só ocorreu nas cláusulas: desconto assistencial (fica como está no atual acordo coletivo) e com relação à vigência do acordo. Já a cláusula referente à assinatura do acordo juntamente com a Convenção

Coletiva foi negada pelo Banco que alegou só assiná-lo mediante autorização do Dest e sugeriu a retirada da cláusula do acordo coletivo. Quanto aos passivos trabalhistas, o Banco propôs que a cláusula não constasse em acordo, pois já vem realizando reuniões específicas com as direções dos sindicatos onde há passivos para solucionar as questões.

ESTUDO DA CRO E TERCEIRIZAÇÕES – Cobrado pela CNFBNB/Contraf-CUT sobre a situação das Centrais de Retaguarda Operacional, o Banco informou ainda não ter concluído o estudo que vem realizando, mas prevê que até o final de janeiro os trabalhos estejam finalizados para serem apresentados à Comissão Nacional. Quanto às terceirizações, o Banco afirmou estar fazendo um levantamento sobre os casos.

EXTRAPOLAÇÃO DE JORNADA E PONTO ELETRÔNICO – A Comissão denunciou que recebe constantemente queixas quanto à extrapolação de jornada, especificamente em agências do interior do Ceará. O Banco informou que vai verificar os casos. Cobrado quanto à instalação do ponto eletrônico, que sanaria o problema da extrapolação, o Banco disse que está num processo de escolha do sistema.

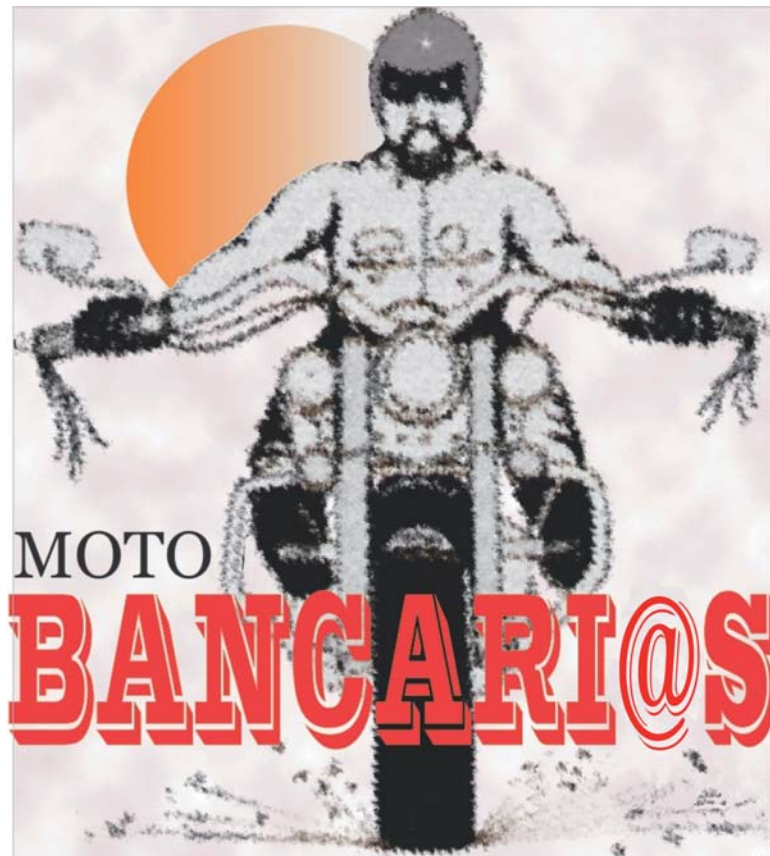
TRANSPORTE IRREGULAR DE VALORES – A CNFBNB/Contraf-CUT alertou para o perigo do transporte de valores por funcionários do Banco, que afirmou já ter recomendado os gestores contra esse procedimento e informou já estar estudando a contratação de uma empresa para realizar esse tipo de tarefa. A orientação do Banco é que os funcionários não devem fazer esse tipo de procedimento.

COMISSÃO DE ASSÉDIO MORAL – A Comissão Nacional cobrou a instalação da Comissão de Assédio Moral no BNB, de acordo com o que diz o aditivo à Convenção Coletiva dos Bancários 2010/2011. O Banco informou que está se inteirando sobre o aditivo para estudar a melhor forma de implementá-la.

DIRETOR REPRESENTANTE – A CNFBNB/Contraf-CUT enfatizou ainda que a lei federal 12.353, que prevê um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração das empresas públicas com mais de 200 funcionários, deve ser cumprida no BNB. O Banco ficou de verificar as especificidades da lei e voltar a conversar sobre o tema na próxima reunião, agendada para o dia 17/2.

ESPORTE

Sindicato promove II Passeio do MotoBancários



Os bancários adeptos do motociclismo estão sendo convidados para participar do II Passeio do Movimento MotoBancários, que ocorrerá no sábado, dia 29/1. O movimento tem como objetivo fundar um Moto Clube de Bancários, que tem como finalidade proporcionar a congraçamento de adeptos do motociclismo dentro da categoria.

Quem quiser participar deste movimento deve manter contato com Ribamar Pacheco (9155 3632), Bosco Mota (9155 4822) e Mateus Neto (9155 4826) e fazer seu cadastro.

PRIMEIRO PASSEIO – O I Passeio ocorreu no penúltimo sábado do ano e a concentração para saída foi na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará, a partir das 7 horas, com saída às 7h40. O itinerário foi definido pelos coordenadores do movimento e os participantes do I Passeio do MotoBancários seguiram até a Praia da Lagoinha, em Paraipaba. O II Passeio do Movimento MotoBancários sairá da sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro).



OUTROS TOQUES

Otimismo

Pesquisa realizada entre outubro e dezembro de 2010, em 53 países de quatro continentes com 64.203 pessoas, pela Gallup Internacional, aponta que o povo brasileiro é um dos cinco mais otimistas em relação à economia mundial em 2011. Apenas 9% dos 2.002 entrevistados do país disseram que esperam um ano de dificuldades econômicas. No topo da lista está a Nigéria, seguida do Vietnã, de Gana e da China.

Alimentação saudável

Pesquisadores da Austrália constataram que a amamentação ajuda no melhor desempenho escolar na infância, pelo menos em algumas crianças. Os pesquisadores descobriram que a amamentação por seis meses ou mais esteve associada a um melhor desempenho nessas habilidades acadêmicas, mas apenas no caso dos meninos. A principal autora do estudo, Wendy H. Oddy, professora associada de nutrição da University of Western Austrália disse que "os resultados contribuem para a forte evidência de que a amamentação mais longa possível é benéfica para a saúde da criança, mas especialmente para o desenvolvimento cerebral".

Detectar câncer

A Universidade Nacional de Taiwan criou um aparelho portátil, chamado de VensorNTU, capaz de detectar câncer e infecções virais em apenas 12 minutos. Em um ano de testes, o dispositivo mostrou grande exatidão e sensibilidade na detecção do câncer cervical, de fígado e de pulmão, e de vários tipos de infecções por vírus. "No futuro, este aparelho será tão comum como é hoje o telefone celular", disse Yang Pan-chyr, decano da Faculdade de Medicina da UNT.

Novo aparelho

Pesquisadores da USP desenvolveram uma nova técnica para medir a pressão interna do crânio. No método tradicional, os médicos perfuram a calota craniana para medir a alteração da pressão com um sensor, o que pode causar infecções pelo contato entre o cérebro e o meio externo. O equipamento da USP é mais barato do que o utilizado hoje: o sensor custa R\$ 400,00 e o monitor, R\$ 5.000,00. Os pesquisadores esperam que, com o baixo custo, a tecnologia possa ser oferecida no SUS.



"É devido às contribuições dos aposentados que sobrevivem 54% dos municípios brasileiros, estratégicos para impulsionar o desenvolvimento nacional e distribuir renda. Não somos coitadinhos e merecemos mais respeito"

Disse Eptácio Luiz, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos, sobre o aumento do salário mínimo

DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> PORTAL EM
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> PORTAL OU SINDICO
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	
<input type="checkbox"/> FALCIDO	
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	